

Índice

1. Igualdade e não discriminação

CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego

CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

ACT – Autoridade para as Condições no Trabalho

CICDR - Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial

ACM – Alto Comissariado para as Migrações

INR – Instituto Nacional para a Reabilitação

2. Saúde

ERS – Entidade Reguladora da Saúde

IGAS – Inspeção-Geral das Atividades em Saúde

OM - Ordem dos médicos

3. Serviços públicos essenciais

ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações

CNIACC - Centro Nacional de Informação de Arbitragem de Conflitos de Consumo

ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

IP - Infraestruturas de Portugal

ERSAR – Entidade reguladora dos serviços de águas e resíduos

4. Segurança rodoviária (transportes)

ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

PSP – Polícia de Segurança Pública

GNR – Guarda Nacional Republicana

BRISA – Auto Estradas de Portugal, S.A.

IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes

ANAC – Autoridade Nacional da Aviação Civil

5. Justiça e segurança

CSMP – Conselho Superior do Ministério Público

CSM – Conselho Superior da Magistratura

CSTAF – Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais

AO - Ordem dos Advogados

IGAI – Inspeção-geral da Administração Interna

Conselho dos Julgados de Paz

IRN – Instituto dos registos e notariado

Ministério Público

7. Desporto e cultura

IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude

8. Acesso a documentos e dados

CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos

EFSE – Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado

CNPD – Comissão Nacional de Proteção de Dados

CFBD ADN – Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN

9. Urbanismo

Câmaras Municipais

OE – Ordem dos Engenheiros

AO – Ordem dos Arquitetos

10. Ambiente

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

11. Financeiro

Banco de Portugal

CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

Mediador do Crédito

Autoridade da Concorrência

12. Economia

ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Turismo de Portugal, I.P.

IMPIC, I.P. - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.

Direção-Geral do Consumidor

13. Direitos sociais e dos trabalhadores

ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

ISS - Segurança Social, I.P.

DGAE - Direção-Geral da Administração Escolar

CGA - Caixa Geral de Aposentações

DGAEP - Direção Geral da Administração e do Emprego Público

AT - Autoridade Tributária e Aduaneira

Caixa de Previdência da Ordem dos Advogados

IEFP- Instituto do Emprego e Formação Profissional

A quem deve apresentar queixa – por assunto

1. Igualdade e não discriminação

CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego

Decreto-lei n.º 76/2012, de 26 de março

A CITE tem por missão prosseguir a igualdade e a não discriminação entre homens e mulheres no trabalho, no emprego e na formação profissional e colaborar na aplicação de disposições legais e convencionais nesta matéria, bem como as relativas à proteção da parentalidade e à conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal, no setor privado, no setor público e no setor cooperativo.

<http://cite.gov.pt/>

CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

Decreto-lei n.º 202/2006, de 27 de outubro

A CIG é o organismo nacional responsável pela promoção e defesa da igualdade de género e procura responder às alterações sociais e políticas da sociedade no tocante à matéria de cidadania e igualdade de género.

<https://www.cig.gov.pt/>

ACT – Autoridade para as Condições no Trabalho

Decreto-lei n.º 47/2012, de 31 de julho

A ACT é um serviço do Estado que visa a promoção da melhoria das condições de trabalho em todo o território continental através do controlo do cumprimento do normativo laboral no âmbito das relações laborais privadas e pela promoção da segurança e saúde no trabalho em todos os sectores de atividade públicos e privados.

<http://www.act.gov.pt/>

CICDR - Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial

Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto

É o órgão especializado no combate à Discriminação Racial e tem por objeto prevenir e proibir a discriminação racial, sancionar a prática de atos que se traduzam na violação

de direitos fundamentais ou na recusa ou condicionamento do exercício de direitos económicos, sociais ou culturais, por quaisquer pessoas, em razão da pertença a determinada origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência ou território de origem.

<https://www.cicdr.pt/>

ACM – Alto Comissariado para as Migrações

Decreto-lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro

O ACM é um instituto público que intervém na execução das políticas públicas em matéria de migrações.

<https://www.acm.gov.pt/pt/>

INR – Instituto Nacional para a Reabilitação

Decreto-lei n.º 31/2012, de 9 de fevereiro

O INR, IP tem por missão assegurar o planeamento, execução e coordenação das políticas nacionais destinadas a promover os direitos das pessoas com deficiência.

<http://www.inr.pt/>

2. Saúde

ERS – Entidade Reguladora da Saúde

Decreto-lei n.º 309/2003, de 10 de dezembro

A ERS tem por objeto a regulação, a supervisão e o acompanhamento da atividade dos estabelecimentos, instituições e serviços prestadores de cuidados de saúde.

<https://www.ers.pt/>

IGAS – Inspeção-Geral das Atividades em Saúde

A IGAS tem por missão assegurar o cumprimento da lei e elevados níveis técnicos de atuação, em todos os domínios da prestação dos cuidados de saúde, quer pelos organismos do Ministério da Saúde ou por estes tutelados, quer ainda pelas entidades públicas, privadas ou do setor social.

<http://www.igas.min-saude.pt/>

OM - Ordem dos médicos

Lei n.º 117/2015, de 31 de agosto

A OM é a associação pública profissional representativa dos que exercem a profissão de médico, regular o acesso e o exercício da profissão de médico e contribui para a defesa da saúde dos cidadãos e dos direitos dos doentes.

<https://ordemdosmedicos.pt/>

3. Serviços públicos essenciais

ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações

Decreto-lei n.º 39/2015, de 16 de março

A ANACOM tem por missão a regulação do sector das comunicações, incluindo as comunicações eletrónicas e postais.

<https://www.anacom.pt>

CNIACC - Centro Nacional de Informação de Arbitragem de Conflitos de Consumo

Lei nº 63/2011, de 14 de dezembro

Decreto-lei nº 425/86, de 27 de dezembro

O Centro é uma associação sem fins lucrativos, autorizado pelo Membro do Governo responsável pela área da Justiça para poder desenvolver a sua atividade e encontra-se inscrito junto da Direção-Geral do Consumidor como entidade de resolução alternativa de litígios.

<http://www.cniacc.pt/pt/>

ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2017, de 2 de maio

A ERSE é a entidade responsável pela regulação dos setores do gás natural, da eletricidade e do gás de petróleo liquefeito (GPL) em todas as suas categorias, nomeadamente engarrafado, canalizado e a granel, dos combustíveis derivados do

petróleo e dos biocombustíveis, bem como da atividade de gestão de operações da rede de mobilidade elétrica.

<http://www.erse.pt/pt/Paginas/home.aspx>

IP - Infraestruturas de Portugal

Decreto-lei n.º 91/2015, de 29 de maio

A IP é a empresa pública que tem por objeto a conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação, alargamento e modernização das redes rodoviária e ferroviária nacionais, incluindo-se nesta última o comando e controlo da circulação.

<http://www.infraestruturasdeportugal.pt/>

ERSAR – Entidade reguladora dos serviços de águas e resíduos

Lei n.º 10/2014, de 6 de março

A ERSAR tem por missão a regulação e a supervisão dos setores de abastecimento público de água às populações, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos urbanos, incluindo o exercício de funções de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

<http://www.ersar.pt/pt>

4. Segurança rodoviária (transportes)

ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

Decreto regulamentar n.º 28/2012, de 12 de março, Portaria n.º 163/2017, de 16 de maio e Despacho n.º 7759/2017, de 4 de setembro

A ANSR tem por missão o planeamento e coordenação a nível nacional de apoio à política do Governo em matéria de segurança rodoviária, bem como a aplicação do direito contraordenacional rodoviário.

<http://www.ansr.pt/>

PSP – Polícia de Segurança Pública

Lei n.º 53/2007 de 31 de agosto

A PSP é uma força de segurança com natureza de serviço público, tem por missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da lei.

<http://www.psp.pt/>

GNR – Guarda Nacional Republicana

Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro

A GNR é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa, com jurisdição em todo o território nacional e no mar territorial. Tem por missão, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei.

<http://www.gnr.pt/>

BRISA – Auto Estradas de Portugal, S.A.

[Estatutos](#)

A BRISA tem por objeto social a construção, conservação e exploração de autoestradas e respetivas áreas de serviço, em regime de concessão, bem como o estudo e realização de infraestruturas de equipamento social.

<http://www.brisa.pt/pt>

IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes

Decreto-lei n.º 83/2015, de 21 de maio

O IMT, I.P. tem como principais atribuições o exercício das funções de regulamentação técnica, de licenciamento, coordenação, fiscalização e planeamento no setor dos

transportes terrestres, fluviais e respetivas infraestruturas e na vertente económica do setor dos portos comerciais e transportes marítimos.

<http://www.imt-ip.pt/>

ANAC – Autoridade Nacional da Aviação Civil

Decreto-lei n.º 40/2015, de 16 de março

A ANAC tem como uma das suas finalidades regulamentar o setor da aviação civil.

<https://www.anac.pt/>

5. Justiça e segurança

CSMP – Conselho Superior do Ministério Público

Lei n.º 60/98, de 27 de agosto

O CSMP é o órgão superior de gestão e disciplina por intermédio do qual se exerce a competência disciplinar e de gestão de quadros do Ministério Público.

<http://www.ministeriopublico.pt/pagina/conselho-superior-do-ministerio-publico>

CSM – Conselho Superior da Magistratura

Lei n.º 36/2007, de 14 de agosto

O CSM é o órgão do Estado a quem estão constitucionalmente atribuídas as competências de nomeação, colocação, transferência e promoção dos Juizes dos Tribunais Judiciais e o exercício da ação disciplinar, sendo, simultaneamente, um órgão de salvaguarda institucional dos Juizes e da sua independência.

<https://www.csm.org.pt/>

CSTAF – Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais

Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro

É o órgão de gestão e disciplina dos juizes da jurisdição administrativa e fiscal. Os tribunais administrativos e fiscais são os órgãos de soberania com competência para julgar os litígios emergentes das relações jurídicas administrativas e fiscais.

<http://www.cstaf.pt/>

AO - Ordem dos Advogados

Lei n.º 145/2015, de 9 de setembro

A OA é uma associação pública, representativa dos profissionais que exercem Advocacia, regida pelo direito público.

<https://portal.oa.pt/>

IGAI – Inspeção-geral da Administração Interna

Decreto-Lei n.º 58/2012, de 14 de março

A IGAI tem por missão assegurar as funções de auditoria, inspeção e fiscalização de alto nível, relativamente a todas as entidades, serviços e organismos, dependentes, ou cuja atividade é legalmente tutelada ou regulada pelo membro do Governo responsável pela área da Administração Interna.

<https://www.igai.pt/>

Conselho dos Julgados de Paz

Lei n.º 78/2001, de 13 de julho

Os Julgados de Paz são tribunais incomuns dotados de características próprias de funcionamento e organização. Nos Julgados de Paz a tramitação processual tem uma forma própria e simplificada.

<http://www.conselhodosjulgadosdepaz.com.pt/>

IRN – Instituto dos registos e notariado

Decreto-lei n.º 148/2012, de 12 de julho

O Instituto dos Registos e do Notariado, I. P. tem por missão executar e acompanhar as políticas relativas aos serviços de registo, tendo em vista assegurar a prestação de serviços aos cidadãos e às empresas no âmbito da identificação civil e do registo civil, de nacionalidade, predial, comercial, de bens móveis e de pessoas coletivas, bem como assegurar a regulação, controlo e fiscalização da atividade notarial.

<http://www.irn.mj.pt/>

Ministério Público

Decreto-lei n.º 60/98, de 27 de agosto

O Ministério Público (MP) é um órgão constitucional com competência para exercer a ação penal, participar na execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania, representar o Estado e defender a legalidade democrática e os interesses que a lei determinar.

<http://www.ministeriopublico.pt/>

7. Desporto e cultura

IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude

Lei Orgânica n.º 132/2014

O IPDJ, I. P., tem por missão a execução de uma política integrada e descentralizada para as áreas do desporto e da juventude, em estreita colaboração com entes públicos e privados, designadamente com organismos desportivos, associações juvenis, estudantis e autarquias locais.

<http://www.ipdj.pt/>

8. Acesso a documentos e dados

CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos

É uma entidade administrativa independente que funciona junto da Assembleia da República e tem como fim zelar pelo cumprimento das disposições legais referentes ao acesso à informação administrativa.

<http://www.cada.pt/>

EFSE – Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado

Lei orgânica n.º 3/2014, de 6 de agosto

À EFSE compete zelar pelo cumprimento da Constituição e da lei em matéria de segredo de Estado, sem prejuízo dos poderes de fiscalização da Assembleia da República.

CNPD – Comissão Nacional de Proteção de Dados

Lei n.º 43/2004, de 18 de agosto

A Comissão Nacional de Proteção de Dados é uma entidade administrativa independente com poderes de autoridade, que funciona junto da Assembleia da República. Tem como atribuição genérica controlar e fiscalizar o processamento de dados pessoais, em rigoroso respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades e garantias consagradas na Constituição e na lei.

<https://www.cnpd.pt/>

CFBD ADN – Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN

Lei n.º 5/2008, de 12 de fevereiro

O Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN é uma entidade administrativa independente que controla a base de dados de perfis de ADN e que responde apenas perante a Assembleia da República.

<https://www.cfbdadosadn.pt/>

9. Urbanismo

Associação Nacional dos Municípios Portugueses

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) é uma entidade de direito privado, que tem como fim geral a promoção, defesa, dignificação e representação do Poder Local. <https://www.anmp.pt/>

Mapa das Câmaras Municipais: <https://www.anmp.pt/index.php/municipios>

OE – Ordem dos Engenheiros

Lei n.º 123/2015, de 2 de setembro

A Ordem dos Engenheiros é uma associação pública profissional representativa dos licenciados em Engenharia que exercem a profissão de engenheiro.

<http://www.ordemengenheiros.pt/pt/>

AO – Ordem dos Arquitetos

Decreto-Lei nº176/98, de 3 de julho

A Ordem dos Arquitetos é uma associação pública portuguesa para a profissão de arquiteto e para a arquitetura.

<http://www.arquitectos.pt/>

10. Ambiente

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

Decreto-lei n.º 56/2012, de 12 de março

A APA propõe, desenvolve e acompanha a gestão integrada e participada das políticas de ambiente e de desenvolvimento sustentável, de forma articulada com outras políticas sectoriais e em colaboração com entidades públicas e privadas que concorram para o mesmo fim, tendo em vista um elevado nível de proteção e de valorização do ambiente e a prestação de serviços de elevada qualidade aos cidadãos.

<https://www.apambiente.pt/>

11. Financeiro

Banco de Portugal

Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro

O Banco de Portugal é o banco central da República Portuguesa e faz parte integrante do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC).

<https://www.bportugal.pt/>

CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

Decreto-Lei n.º 5/2015, de 8 de janeiro

Tem como missão supervisionar e regular os mercados de instrumentos financeiros, assim como os agentes que neles atuam, promovendo a proteção dos investidores.

<http://www.cmvm.pt/pt/>

Mediador do Crédito

Decreto-lei n.º 144/2009, de 17 de junho

O Mediador do Crédito tem por missão a defesa e a promoção dos direitos, garantias e interesses legítimos de quaisquer pessoas ou entidades que sejam parte em relações de crédito, bem como contribuir para melhorar o acesso ao crédito junto do sistema financeiro.

<https://www.mediadordocredito.pt/>

Autoridade da Concorrência

Decreto-lei n.º 125/2014, de 18 de agosto

A Autoridade da Concorrência é uma entidade administrativa independente, criada em 2003, com poderes transversais sobre a economia portuguesa para a aplicação das regras de concorrência, em coordenação com as entidades reguladoras sectoriais.

<http://www.concorrenca.pt/>

12. Economia

ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Decreto-Lei n.º 194/2012, de 23 de agosto

A ASAE tem por missão a fiscalização e prevenção do cumprimento da legislação reguladora do exercício das atividades económicas, nos setores alimentar e não alimentar, bem como a avaliação e comunicação dos riscos na cadeia alimentar, sendo o organismo nacional de ligação com as suas entidades congéneres, a nível europeu e internacional.

<https://www.asae.gov.pt/>

Turismo de Portugal, I.P.

Decreto-lei n.º 129/2012, de 22 de junho

O Turismo de Portugal é responsável pela promoção, valorização e sustentabilidade da atividade turística, agrega numa única entidade todas as competências institucionais relativas à dinamização do turismo, desde a oferta à procura.

<https://www.turismodeportugal.pt>

IMPIC, I.P. - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.

Decreto-lei n.º 232/2015, de 13 de outubro

O IMPIC, I.P., tem por missão regular e fiscalizar o setor da construção e do imobiliário, dinamizar, supervisionar e regulamentar as atividades desenvolvidas neste setor, produzir informação estatística e análises setoriais e assegurar a atuação coordenada dos organismos estatais no setor, bem como a regulação dos contratos públicos.

<http://www.impic.pt/>

Direção-Geral do Consumidor

Decreto-Regulamentar n.º 38/2012, de 10 de abril

A Direção-Geral do Consumidor tem por missão contribuir para a elaboração, definição e execução da política de defesa do consumidor com o objetivo de assegurar um elevado nível de proteção.

<https://www.consumidor.gov.pt/>

13. Direitos sociais e dos trabalhadores

ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Decreto-Lei n.º 1/2015, de 6 de janeiro

A ASF é a autoridade nacional responsável pela regulação e supervisão da atividade seguradora, resseguradora, dos fundos de pensões e respetivas entidades gestoras e da mediação de seguros.

<https://www.asf.com.pt/>

ISS - Segurança Social, I.P.

Lei n.º 83-A/2013, de 30 de dezembro

O Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS), é um instituto público de regime especial, que visa garantir e promover a proteção e inclusão social dos cidadãos no âmbito do sistema de segurança social, reconhecendo os direitos e assegurando o cumprimento das obrigações.

<http://www.seg-social.pt/>

DGAE - Direção-Geral da Administração Escolar

Decreto-Lei n.º 125/2011, de 29 de dezembro

Garantir a concretização das políticas de gestão e de desenvolvimento dos recursos humanos da educação afetos às escolas públicas situadas no território continental nacional, bem como das escolas nacionais que se encontram no estrangeiro, visando a forte promoção da nossa língua e cultura.

<https://www.dgae.mec.pt/>

CGA - Caixa Geral de Aposentações

Decreto-lei n.º 131/2012, de 25 de junho

A CGA tem a seu cargo a gestão do regime de segurança social, pensões de aposentação, de reforma (forças armadas e GNR), de sobrevivência e de outras de natureza especial, designadamente, pensões de preço de sangue e pensões por serviços excepcionais e relevantes prestados à Pátria.

<https://www.cga.pt/cgalnicio.asp>

DGAEP - Direção Geral da Administração e do Emprego Público

Decreto-regulamentar n.º27/2012, de 29 de fevereiro

A DGAEP é o organismo da Administração Pública com responsabilidades no domínio da gestão dos recursos humanos.

<https://www.dgaep.gov.pt/>

AT - Autoridade Tributária e Aduaneira

Decreto-lei n.º 118/2011, de 15 de dezembro

A Autoridade Tributária e Aduaneira tem por missão administrar os impostos, direitos aduaneiros e demais tributos que lhe sejam atribuídos, bem como exercer o controlo da fronteira externa da União Europeia e do território aduaneiro nacional, para fins fiscais, económicos e de proteção da sociedade, de acordo com as políticas definidas pelo Governo e o Direito da União Europeia.

<http://www.portaldasfinancas.gov.pt/>

Caixa de Previdência da Ordem dos Advogados

Decreto-lei n.º 116/2018, de 21 de dezembro

A Caixa de Previdência da Ordem dos Advogados tem como principal atribuição conceder pensões de reforma e subsídios por invalidez aos seus Beneficiários.

<http://cpas.org.pt/>

IEFP- Instituto do Emprego e Formação Profissional

Decreto-lei n.º 143/2012, de 11 de julho

O IEFP é o serviço público de emprego nacional e tem por missão promover a criação e a qualidade do emprego e combater o desemprego, através da execução de políticas ativas de emprego, nomeadamente de formação profissional.

<https://www.iefp.pt/>